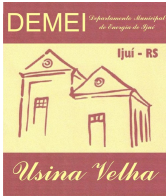


DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENERGIA DE IJUÍ - DEMEI
CNPJ: 95.289.500/0001-00
Balço Patrimonial Regulatório

ATIVO	Em R\$ (000) 2011	Em R\$ (000) 2010
Circulante	18.564	19.317
Disponibilidades.....	7.971	8.657
Numerário disponível.....	198	387
Aplicação financeira.....	7.773	8.270
Créditos, valores e bens realizáveis.....	10.593	10.660
Consumidores.....	11.845	10.570
Devedores diversos.....	409	1.103
(-) Prov. p/créditos de liquidação duvidosa.....	(3.069)	(2.529)
Estoque.....	350	395
Ativos Regulatórios	240	591
Ordens e Serviços em curso.....	397	76
Outros créditos.....	421	454
Não Circulante.....	22.000	20.519
Realizável a longo prazo.....	8.045	7.373
Outros devedores.....	509	203
Ativos Regulatórios.....	7.536	7.170
Investimentos	0	63
Participações societárias	0	63
Imobilizado	13.955	13.083
Em Serviço.....	20.935	19.390
Intangíveis.....	296	296
Terrenos.....	357	206
Reservatórios, barragens e adutoras.....	328	328
Edificações, obras civis e benfeitorias.....	2.895	2.894
Máquinas e equipamentos.....	16.077	14.658
Veículos	859	887
Móveis e utensílios.....	123	121
(-) Depreciação acumulada.....	(8.227)	(7.607)
Em curso.....	1.247	1.300
Total das aplicações.....	40.564	39.836



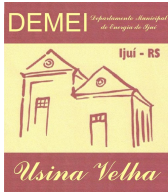
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENERGIA DE IJUÍ - DEMEI
CNPJ: 95.289.500/0001-00
Balanco Patrimonial Regulatório

PASSIVO	Em R\$ (000) 2011	Em R\$ (000) 2010
Circulante.....	6.415	5.012
Fornecedores	2.687	2.072
Folha de pagamento	135	67
Tributos e contribuições sociais	771	731
Dividendos declarados.....	423	366
Passivos Regulatórios.....	344	326
Encargos do Consumidor a Recolher.....	265	214
Progr. de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	438	314
Progr. de Eficiência Energética - PEE	719	428
Provisão para Férias.....	455	210
Outras Obrigações.....	178	284
Não Circulante.....	6.325	6.114
Passivo Regulatório.....	5.652	5.378
Provisões para Contingências	637	698
Obrigações Vinculadas a Concessão.....	36	38
Patrimônio líquido.....	27.824	28.710
Capital social.....	2.676	2.676
Reservas de capital.....	661	661
Reservas de Lucros.....	24.487	25.373
Total das fontes.....	40.564	39.836

IJUÍ (RS), 31 DE DEZEMBRO DE 2011.

CARLOS ALBERTO DAHMER
DIRETOR PRESIDENTE
CPF 417.234.490-91

CLOVIS U. EICHLER
CONTADOR - CRCRS-59162



DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENERGIA DE IJUÍ - DEME

CNPJ: 95.289.500/0001-00

Demonstração Regulatória do Resultado do Exercício

	Em R\$ (000) 2011	Em R\$ (000) 2010
Receita operacional Bruta.....	48.032	44.790
Fornec/Suprim. de energia elétrica.....	47.244	44.479
Outras receitas.....	788	793
(-) Deduções da receita operacional.....	14.875	13.180
Tributos Federais		
PASEP.....	322	307
Tributos Estaduais		
ICMS Faturado.....	11.316	10.520
Encargos - Parcela "A"	3.237	2.353
Reserva Global de Reversão - RGR	170	115
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D.....	178	157
Cota de Desenvolvimento Econômico - CDE.....	1.091	986
Cota de consumo de Combustíveis - CCC.....	1.520	874
Programa de Eficiência Energética - PEE.....	154	151
Outros encargos (Energia de Reserva e CCC Adicional)....	124	70
Receita operacional líquida.....	33.157	31.610
Custos não Gerenciáveis - Parcela "A"	20.146	18.263
Energia Elétrica Comprada p/Revenda.....	19.596	17.646
Energia Elétrica Comprada p/Revenda - Proinfra.....	476	547
Taxa de Fiscalização.....	74	70
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis.....	13.011	13.347
Custos Gerenciáveis - Parcela "B".....	10.607	11.391
Pessoal.....	6.662	6.611
Material.....	493	616
Serviços de terceiros.....	1.452	1.371
Tributos.....	2	14
Seguros.....	21	25
Outros.....	506	964
Provisão p/ Devedores Duvidosos.....	540	1.041
Depreciação/amortização.....	931	749
Resultado da Atividade da Concessão.....	2.404	3.045
Receitas (despesas) financeiras.....	1.420	1.214
Renda de aplicações financeiras.....	958	822
Variação monetária e acréscimo moratório.....	1.116	862
Outras receitas.....	216	64
(-)Despesas financeiras.....	870	534
Resultado operacional.....	3.824	4.259
Resultado não operacional.....	-57	12
Lucro líquido do exercício.....	3.767	4.271

IJUÍ (RS), 31 DE DEZEMBRO DE 2011.

CARLOS ALBERTO DAHMER
DIRETOR PRESIDENTE
CPF 417.234.490-91

CLOVIS U. EICHLER
CONTADOR - CRC/RS-59162



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2011 e 2010**

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

O Departamento Municipal de Energia de Ijuí - DEMEI, pessoa jurídica de direito público, é uma Autarquia instituída por Lei Municipal, a qual tem por objeto pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a Geração, Distribuição e Comercialização de Energia, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelo Ministério de Minas e Energia. A Concessionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.

2 Das Concessões

O DEMEI detém concessão válida até o ano 2016, para Geração, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica no Município de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul, conforme Contratos de Concessão nº 085/2000 e 107/2000 assinados em 18 de outubro de 2000 e 27 de dezembro de 2000, respectivamente. Atualmente, atende a 100% dos consumidores urbanos, sendo os consumidores rurais atendidos por Cooperativa de Eletrificação Rural, devidamente regulamentada pela ANEEL.

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Sendo uma Autarquia, as demonstrações contábeis do DEMEI são elaboradas segundo os preceitos estabelecidos na Lei 4.320/64 (Contabilidade Pública) cujos demonstrativos contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário e Demonstrativo das Variações Patrimoniais) são incorporados aos demonstrativos contábeis da Prefeitura Municipal de Ijuí, os quais são objeto de análise e verificação anual por parte do Tribunal de Contas do Estado.

Consoante as disposições previstas no Contrato de Concessão e de forma a atender as necessidades do Órgão Regulador (ANEEL), são elaboradas demonstrações contábeis específicas de forma a subsidiar o Órgão Regulador, tendo como base as diretrizes, disposições e orientações previstas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Em 2010 a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 396 instituiu a Contabilidade Regulatória bem como aprovou as necessárias alterações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico para que o mesmo atenda as necessidades requeridas.

Tendo como base as disposições previstas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, na Resolução Normativa ANEEL nº 396 e nos Despachos de Encerramento ANEEL nº 4991/2011 e 4.097/2010, a Concessionária elaborou suas Demonstrações Contábeis Regulatórias considerando os modelos instituídos pelo Despacho de Encerramento ANEEL nº 4991/2011, contemplando quando requerido, os ajustes julgados necessários para sua adequada apresentação.

Nesse sentido, a Demonstração Regulatória do Resultado relativa ao exercício de 2010 teve seus valores reclassificados de forma a permitir a comparabilidade com o novo modelo instituído.

4 Estrutura das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Consoante os modelos instituídos pelo Despacho de Encerramento ANEEL nº 4991/2011, as demonstrações contábeis regulatórias compreendem o balanço patrimonial e a demonstração regulatória do resultado, a qual está configurada para espelhar a estrutura tarifária da Concessionária, segregando em resultado antes e após os custos gerenciáveis.

5 Principais Práticas Contábeis

. Aplicações financeiras

Estão, quando aplicável, demonstradas pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis - Nota 6.

. Consumidores

Contempla o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2011, contabilizado com base no regime de competência - Nota 7.

. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE - Nota 7.

. Estoques (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante e no ativo imobilizado em curso, estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado ou reposição.

. Investimentos

Está registrado ao custo relativo a quota parte em consórcio formado, destinado a prospecção de potencial hídrico.

. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção consoante as disposições previstas na Portaria DNAEE nº 815/1994 e Resolução ANEEL nº 367/2009, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, consoante as taxas anuais publicadas pela ANEEL.

. Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

6 Aplicações Financeiras

Em 31 de dezembro, a Concessionária possuía os seguintes montantes aplicados:

<u>Instituição</u>	<u>Tipo de Aplicação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Remuneração</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Banco do Brasil	Renda Fixa	Indet.	CDI	1.571	1.835
Banrisul	Renda Fixa	Indet.	CDI	1.724	1.233
Caixa E. Federal	Renda Fixa	Indet.	CDI	4.478	5.202
				7.773	8.270

7 Consumidores

Em 31 de dezembro, os valores a receber de Consumidores estão assim representados:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Consumidores		
Faturados	10.131	8.818
Não faturados	1.714	1.752
Total	11.845	10.570

Composição das Contas a Receber

<u>Classe</u>	<u>Vincendos</u>	<u>Vencidos até 90 dias</u>	<u>Vencidos há mais de 90 dias</u>	<u>Total</u>	<u>Provisão para devedores duvidosos</u>		<u>Saldo</u>	
					<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Residencial	2.149	986	1.065	4.200	(1.466)	(1.345)	5.666	2.403
Industrial	173	80	174	427	(179)	(257)	606	186
Comercial	1.397	250	1.348	2.995	(1.385)	(848)	4.380	1.353
Rural	1	-	-	1	-	-	1	1
Poderes Públicos	136	99	106	341	(39)	(79)	380	306
Iluminação Pública	125	-	-	125	-	-	125	118
Serviços Públicos	9	-	-	9	-	-	9	6
Renda não Faturada	1.714	-	-	1.714	-	-	1.714	1.752
Serviço Taxado	5	9	18	32	-	-	32	28
Outros Créditos	1.246	148	607	2.001	-	-	2.001	1.888
Total	6.955	1.572	3.318	11.845	(3.069)	(2.529)	8.776	8.041

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os seguintes principais critérios:

- Análise criteriosa das contas a receber para casos específicos;
- Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, considerando os seguintes aspectos: residenciais - vencidos há mais de 90 dias, comerciais - vencidos há mais de 180 dias e industrial, poder público e iluminação pública - vencidos há mais de 360 dias.

8 Devedores Diversos

Em 31 de dezembro, os valores referentes a devedores diversos, estão assim representados:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Empregados	4	4
Tributo e Contrib. Sociais Compens.	0	289
Outros Devedores	405	810
Total	<u>409</u>	<u>1.103</u>

9 Ativos Regulatórios

Em 31 de dezembro, os valores relacionados com ativos regulatórios estão assim representados:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Circulante		
Cva em Formação	22	74
CCC	0	60
CDE	22	14
Cva em Amortização	78	122
CCC	29	119
CDE	49	22
PROINFA	0	19
ENERGIA	0	3
Itens Financeiros em Formação	34	0
CUSD	31	0
SUBSÍDIO COOP.	3	0
Outros	106	170
LAUDO AVALIAÇÃO	56	90
CAMPANHA DE MEDIDAS	30	47
TIPOLOGIA DE CARGA	20	33
Sub Total	<u>240</u>	<u>591</u>
Não Circulante		
Outros	7.536	7.170
RESOL. HOMOLOGATÓRIA 243/2006	7.536	7.170
Sub Total	<u>7.536</u>	<u>7.170</u>
Total	<u><u>7.776</u></u>	<u><u>7.761</u></u>

- **Resolução Homologatória 243/2006**

O valor reconhecido pela Concessionária decorre do disposto na referida Resolução, a qual modificou a metodologia de cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD e das Tarifas de Energia Elétrica.

Por conta das mudanças requeridas, a ANEEL apurou os efeitos decorrentes, sendo atribuído a Concessionária um montante a ser reembolsado para a Rio Grande Energia S/A, conforme Resolução Homologatória nº 481 de 26 de junho de 2007, o qual deveria ser pago em 04 parcelas anuais iniciando-se a primeira a partir do exercício de 2008.

Como a contrapartida do valor a ser reembolsado a Rio Grande Energia S/A é o repasse na tarifa de fornecimento de energia, a Concessionária constituiu um ativo regulatório em contrapartida a um passivo regulatório de igual valor.

Em atendimento as disposições previstas no processo de reajuste tarifário de 2008, a primeira parcela já foi paga pela Concessionária, ensejando dessa forma um passivo regulatório menor que o ativo regulatório até então registrado.

Em função de diversos questionamentos promovidos pelas Concessionárias envolvidas no processo, Conselho de Consumidores e Ministério Público, a ANEEL, em 2009 suspendeu a inclusão dos valores envolvidos no processo de Reajuste tarifário, estando pendente de resolução até a presente data.

A Concessionária vem atualizando os correspondentes valores (ativo e passivo regulatório) pela variação do IGP-M.

10 Outros Créditos

Em 31 de dezembro, os valores referentes a devedores diversos, estão assim representados:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Serviços Prestados a Terceiros	64	60
Outros Títulos de Crédito a Receber	14	14
Notas Promissória a Receber	1	1
Demais Títulos a Receber	176	176
Encargos do Consumidor	-	175
Acordo Demanda Judicial	28	28
Créditos Fiscais	138	0
Total	<u>421</u>	<u>454</u>

11 Imobilizado

Em 31 de dezembro, o ativo imobilizado da Concessionária estava assim representado:

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	<u>2011</u>		<u>2010</u>	
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Valor Líquido</u>	<u>Valor Líquido</u>
Em serviço					
Geração		3.031	(1.532)	1.499	1.577
Custo histórico	3,38%	3.031	(1.532)	1.499	1.577
Distribuição		14.861	(6.073)	8.788	7.706
Custo histórico	7,21%	14.861	(6.073)	8.788	7.706
Comercialização		370	(246)	125	88
Custo histórico	6,30%	370	(246)	125	88
Administração		2.672	(376)	2.296	2.412
Custo histórico	2,72%	2.672	(376)	2.296	2.412
Sub Total		<u>20.934</u>	<u>(8.227)</u>	<u>12.708</u>	<u>11.783</u>
Em curso					
Geração		102	-	102	102
Distribuição		1.142	-	1.142	1.198
Administração		3	-	3	-
Sub Total		<u>1.247</u>	<u>0</u>	<u>1.247</u>	<u>1.300</u>
Total		<u>22.181</u>	<u>(8.227)</u>	<u>13.955</u>	<u>13.083</u>



DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENERGIA DE IJUÍ - DEMEI

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 44/1999 atualizada pela Resolução ANEEL nº 240/2006, são as seguintes:

Descrição	Taxa
Geração	
Edificação - Casa de Força	2%
Equipamento Geral	10%
Equipamentos da Tomada D'Água	3,7%
Estrutura da Tomada D'Água	4%
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%
Turbina Hidráulica	2,5%
Distribuição	
Banco de Capacitores	6,7%
Chave de Distribuição	6,7%
Condutor do Sistema de Distribuição	5%
Estrutura (Poste, Torre) Sistema de Distribuição Regulador de Tensão do Sistema	5%
Regulador de Tensão do Sistema de Distribuição	4,8%
Transformador de Distribuição	5%
Medidor	4%
Veículo	20%
Comercialização	
Equipamento Geral	10%
Edificações	4%
Administração Central	
Edificações - Outras	4%
Equipamento Geral	10%
Veículos	20%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das Concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Em função de revisão efetuada pela ANEEL quanto à vida útil dos ativos em operação nos serviços outorgados do setor elétrico, em 07 de fevereiro de 2012 a ANEEL editou a Resolução Normativa nº 474, a qual estabeleceu novas taxas anuais de depreciação, as quais deverão ser utilizadas pelas Concessionárias, Permissionárias e Autorizadas a partir de 01 de janeiro de 2012.

Durante o exercício de 2009 a ANEEL editou a Resolução Normativa nº 367 de 02 de junho de 2009 que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, o qual tem como objetivo padronizar os sistemas de cadastros e controle patrimonial dos bens vinculados a Concessão.

Inicialmente, o prazo previsto para implantação do referido Manual e dos correspondentes ajustes nos sistemas de controle patrimonial era 31 de dezembro de 2010, sendo posteriormente prorrogado para 31 de dezembro de 2011. Devido a uma série de

dificuldades encontradas pela Concessionária durante o processo de implantação, foi solicitado a ANEEL prorrogação de prazo, a qual, em caráter de excepcionalidade concedeu prazo adicional, estabelecendo a data limite de 30 de outubro de 2012.

Conforme previsto na Resolução ANEEL nº 396/2010 e no Despacho ANEEL nº 4.991/2011, a partir do exercício de 2011 as Concessionárias e Permissionárias de distribuição de energia elétrica, deverão registrar contabilmente, para fins regulatórios, a reavaliação regulatória compulsória, cujo valor deve ser apurado considerando a diferença entre o valor do Laudo de Avaliação homologado na última revisão tarifária, ajustado pelas movimentações de adições, baixas e transferências ocorridas até 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente. Devido à necessidade de rotinas específicas a serem incluídas no sistema de patrimônio, assim como a dificuldade na identificação do Laudo de Avaliação homologado pela ANEEL, a Concessionária não refletiu em seus registros contábeis os efeitos da referida reavaliação regulatória.

De forma a atender as disposições previstas, já foram tomadas as providências necessárias visando o imediato registro no exercício de 2012.

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na atividade de Distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A Composição destas Obrigações está assim representada:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Participações e Doações	36	38
Participação financeira do consumidor	6	6
Doações e subvenções destinadas a investimentos no serviço	29	32
Total	<u>36</u>	<u>38</u>

Por meio do Despacho SFF/ANEEL nº 3.073, de 28 de dezembro de 2006, foi instituída a subconta 223.0.x.x.x.x.5 - Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica - Participações e Doações - Reintegração Acumulada – AIS, cuja função é o registro da reintegração de bens constituídos com recursos oriundos de Participações e Doações (Obrigações Especiais), com a finalidade de anular o seu efeito no resultado contábil.

Demonstrativo do Valor Reintegrado:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Participações e Doações		
Valor Original	43	43
Participação financeira do consumidor	7	7
Doações e subvenções destinadas a investimentos no serviço concedido	36	36
Reintegração Acumulada	(7)	(5)
Participação financeira do consumidor	(1)	(1)
Doações e subvenções destinadas a investimentos no serviço concedido	(6)	(4)
Valor Líquido	<u>36</u>	<u>38</u>

**12 Fornecedores**

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Rio Grande Energia S/A	2.646	2.029
Sub Total - Fornecedores de E. Elétrica	2.646	2.029
Materiais e Serviços	41	43
Sub Total - Materiais e Serviços	41	43
Total	2.687	2.072

13 Tributos e Contribuições Sociais

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Impostos - ICMS / ISS / IRRF	705	681
Contribuições Sociais - PASEP / INSS	66	50
Total	771	731

Dos tributos e contribuições sociais provisionados, o principal valor (R\$ 700 mil), (R\$ 680 mil em 2010) refere-se ao ICMS incidente sobre o fornecimento faturado e não faturado do mês de dezembro de 2011, o qual já está líquido do adiantamento efetuado ao Fisco Estadual.

14 Passivos Regulatórios

Em 31 de dezembro, os valores relacionados com passivos regulatórios estão assim representados:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Circulante		
Cva em Formação	110	300
CCC	1	0
ENERGIA	109	300
Cva em Amortização	179	0
ENERGIA	179	0
Neutralidade - Formação	33	0
CCC	4	0
CDE	20	0
PROINFA	2	0
TFSEE	2	0
RGR	5	0
Neutralidade - Amortização	22	26
CCC	10	7
CDE	7	11
PROINFA	3	5
TFSEE	1	1
RGR	1	2
Sub Total	344	326
Não Circulante		
Outros	5.652	5.378
RESOL. HOMOLOGATÓRIA 243/2006	5.652	5.378
Sub Total	5.652	5.378
Total	5.996	5.704

15 Provisões para Contingências

Contingências	2011			2010		
	Valor da Provisão			Valor da Provisão		
	No exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	No exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
Trabalhistas	(61)	637	0	698	698	0
Subtotal	(61)	637	0	698	698	0
Cíveis	0	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0	0
Fiscais	0	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0	0
Total	(61)	637	0	698	698	0

As Contingências constituídas pela Concessionária reportam em sua grande maioria a ações de servidores pleiteando direitos que entendem serem devidos. Face à conotação jurídica da Concessionária (Autarquia), tais ações, no campo jurídico, são classificadas como ações cíveis, entretanto, para fins de demonstrações contábeis regulatórias, tais valores estão sendo apresentados segundo a sua natureza, ou seja, trabalhista. A constituição dos referidos valores está baseada em análise detalhada sobre cada ação, levando em conta ainda, as expectativas de sucesso nos recursos apresentados pela entidade considerando posição fornecida pelo Procurador Jurídico da entidade.

16 Patrimônio Líquido
Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estava representado pelo montante de R\$ 2.676.308,46, totalmente integralizado pelo Poder Executivo do Município de Ijuí.

Reservas de Capital

A composição das Reservas de Capital está assim representada:

	2011	2010
Correção Monetária do Capital Integralizado	605	605
Remuneração do Imobilizado em Curso	56	56
Total	661	661

Lucros Acumulados

O saldo apresentado decorre dos resultados apurados pelo DEMEI desde a data de sua constituição. Do saldo da conta são deduzidos os repasses efetuados a Prefeitura do Município de Ijuí (Vide Distribuição de Resultados).

Distribuição de Resultados

Por força de dispositivo constante da Lei que instituiu o DEMEI, mensalmente a Concessionária repassa a Prefeitura do Município de Ijuí o equivalente a 10% dos valores

arrecadados, deduzidos de determinados encargos. Referidos valores são considerados na Concessionária como uma distribuição de lucros antecipada e debitada à conta de Lucros Acumulados. No exercício de 2011 foram pagos a Prefeitura Municipal o montante de R\$ 4.596 mil (R\$ 4.629 mil em 2010).

17 Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	Nº de Consumidores		MWh		Faturamento	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Consumidores						
Residencial	25.440	24.718	61.147	51.649	30.085	24.127
Industrial	68	70	7.580	6.962	2.200	1.865
Comercial	2.670	2.617	41.878	37.806	18.144	13.374
Rural	7	5	116	74	8	20
Poder público	146	146	4.730	4.360	1626	1.407
Iluminação pública	1	1	6.502	6.448	1.460	1.402
Serviço público	7	7	290	300	88	86
Consumo próprio	6	6	144	145	50	49
Total	28.345	27.570	122.387	107.744	53.661	42.330

18 Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	Quantidade MWh		Reais Mil	
	2011	2010	2011	2010
Rio Grande Energia S/A	104.130	93.257	19.596	17.123
PROINFA	2.901	2.920	491	534
Total	107.031	96.177	20.087	17.657

19 Resultado Não Operacional

	2011	2010
Receitas não operacionais	78	59
Despesas não operacionais	(135)	(47)
Perda na desativação de bens e direitos	(127)	(38)
Outras despesas não operacionais	(8)	(9)
Resultado não Operacional	(57)	12

20 Demonstração do Resultado Segregado por Atividade

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a seguir a Demonstração Regulatória do Resultado da Concessionária para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, por Atividade, considerando as seguintes Unidades de Negócio: Geração, Distribuição, Comercialização e o Consolidado.

Demonstração Regulatória do Resultado por Atividade				
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011				
	ATIVIDADES			
	Geração	Distribuição	Comercialização	Consolidado
Receita operacional.....	3.444	32.007	12.581	48.032
Fornecimento de energia elétrica.....	3.444	31.734	12.066	47.244
Outras receitas.....	0	273	515	788
(-) Deduções da receita operacional.....	968	9.923	3.983	14.875
Tributos Federais	21	207	94	322
PASEP.....	21	207	94	322
Tributos Estaduais	738	7.324	3.253	11.316
ICMS Faturado.....	738	7.324	3.253	11.316
Encargos - Parcela "A"	209	2.392	636	3.237
Reserva Global de Reversão - RGR.....	12	117	41	170
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D.....	0	178	0	178
Cota de Desenvolvimento Econômico - CDE.....	84	837	170	1.091
Cota de consumo de Combustíveis - CCC.....	105	1.037	378	1.520
Programa de Eficiência Energética - PEE.....	0	154	0	154
Outros encargos (Energ. de Res. e CCC Adicional)....	8	69	47	124
Receita operacional líquida.....	2.476	22.084	8.598	33.157
Custos não Gerenciáveis - Parcela "A".....	0	0	20.146	20.146
Energia Elétrica Comprada p/Revenda.....	0	0	19.596	19.596
Energia Elétrica Comprada p/Revenda - Proinfra.....	0	0	476	476
Taxa de Fiscalização.....	0	0	74	74
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis.....	2.476	22.084	(11.548)	13.011
Custos Gerenciáveis - Parcela "B".....	1.483	7.123	2.001	10.607
Pessoal.....	1.137	4.374	1.151	6.662
Material.....	24	397	72	493
Serviços de terceiros.....	158	1.090	204	1.452
Tributos.....	0	1	1	2
Seguros.....	1	19	1	21
Outros.....	14	482	10	506
Provisão p/ Devedores Duvidosos.....	0	0	540	540
Depreciação/amortização.....	149	760	22	931
Resultado da Atividade da Concessão.....	993	14.961	(13.549)	2.404
Receitas (despesas) financeiras.....	-177	0	1.597	1.420
Renda de aplicações financeiras.....	3	0	955	958
Variação monetária e acréscimo moratório.....	3	0	1113	1.116
Outras receitas.....	0	0	216	216
(-)Despesas financeiras.....	183	0	687	870
Resultado operacional.....	816	14.961	(11.952)	3.824
Resultado não operacional.....	(5)	(39)	(13)	(57)
Resultado líquido do exercício.....	811	14.922	(11.965)	3.767

21 Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

No exercício de 2011 e 2010, não houve necessidade da contabilização de Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos, uma vez que, todos os bens de propriedade do Demei, vinculados ao Serviço Concedido, são periodicamente avaliados conforme determinação do Órgão Regulador. No último laudo de avaliação, o resultado apresentado



foi superior ao Ativo contabilizado. Ressalte-se ainda que a partir de 2011, os efeitos decorrentes da avaliação efetuada passaram a ser refletidos nos registros contábeis no âmbito da contabilidade regulatória a título de reavaliação regulatória, de forma a expressar os valores efetivos de realização dos ativos.

22 Seguros

Em 31 de dezembro de 2011 a Concessionária possuía seguros contratados para veículos e edificações.

Para as edificações representadas pela sede administrativa e pelo prédio do almoxarifado, a cobertura contratada é de R\$ 5.000 mil e R\$ 3.000 mil respectivamente.

Para os veículos, foram efetuadas coberturas para todos os veículos cobrindo danos materiais (tabela FIPE) corporais (R\$ 300 mil), morais (R\$ 50 mil), morte (R\$ 15 mil) e invalidez (R\$ 15 mil).

23 Débitos Tributários

Durante o exercício de 2008 foi lavrado contra o DEMEI, Auto de Infração emitido pela Receita Federal do Brasil relativo à incidência de impostos e contribuições federais sobre suas operações, uma vez que é contestada a imunidade tributária do DEMEI, cujos valores nominais importaram em R\$ 23.363 mil.

Amparada por parecer da Procuradoria Jurídica Autárquica o DEMEI entende não ser factível reconhecer qualquer valor a título de provisão, tendo em vista principalmente o estágio dos recursos apresentados (Recurso inicial em análise junto ao CARRF) e, ainda as expectativas de perda apontadas às quais se apresentam como remotas, tendo em vista recentes decisões proferidas nos tribunais sobre casos idênticos ao do DEMEI.

24 Investimentos na Concessão

Visando aumentar a confiabilidade e qualidade do Sistema de Distribuição da Concessionária, durante o exercício de 2011 foi adquirido terreno objetivando a construção de uma nova Subestação com tensões de operação de 69/23 KV e potência instalada de 25/33 MVA.

De acordo com o Plano de Investimentos, o empreendimento deverá estar concluído em 2013 a um custo estimado de R\$ 11.000 mil. Para execução do referido empreendimento, além de recursos próprios previstos no orçamento, a Concessionária está obtendo recursos junto a fontes externas de financiamento.

Cabe destacar ainda que, concomitantemente a construção da referida subestação, serão realizadas obras para a readequação de, aproximadamente, 15 km da rede primária de distribuição.

As expansões previstas representam uma significativa mudança de paradigma energético da região, sobretudo à Concessionária, que passará a ser agente do sistema interligado nacional, com capacidade de garantir suprimento a seu mercado em longo prazo, com elevada confiabilidade e economicidade.

CARLOS ALBERTO DAHMER
DIRETOR PRESIDENTE
CPF 417.234.490-91

CLOVIS U. EICHLER
CONTADOR - CRCRS-59162